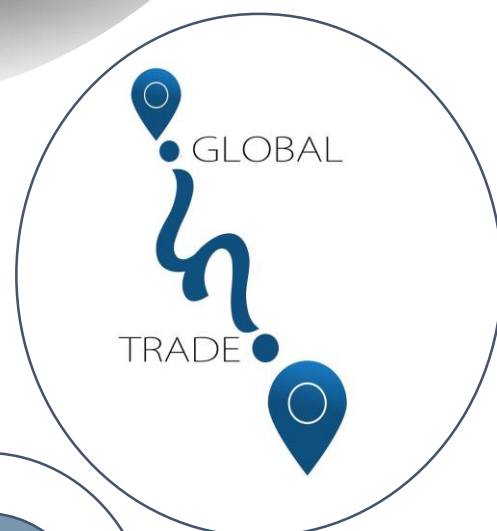




AS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS E O COMÉRCIO EXTERIOR

Embaixador Rubens Antonio Barbosa

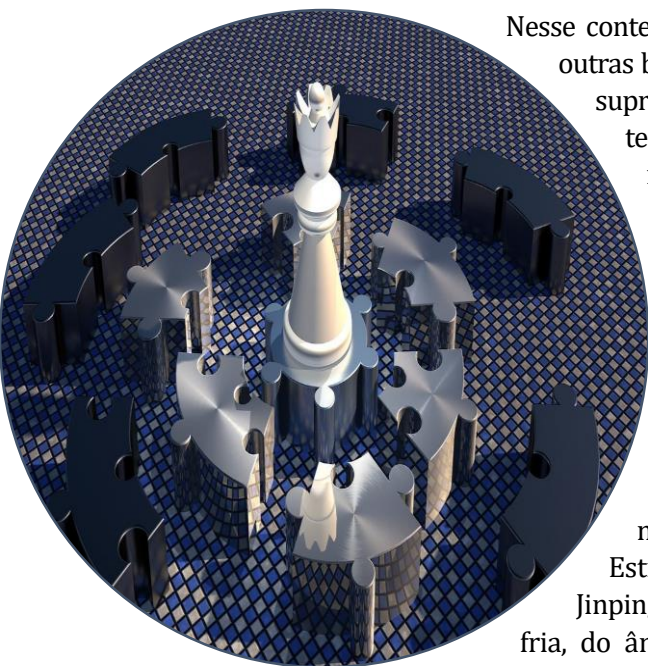
É Mestre pela London School of Economics and Political Science. Foi Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; Subsecretário-Geral de Integração, Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores e Coordenador da Seção Brasileira do Grupo do Mercosul; Principal negociador pelo Brasil da Rodada Uruguai no então GATT até 1999; Presidente da Associação dos Países Produtores de Café (APPC); Embaixador do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) entre 1987 e 1990; Embaixador do Brasil em Londres de 1994 a 1999 e Embaixador em Washington de 1999 a 2004. Atualmente é colunista do jornal Estado de São Paulo, membro da Academia Paulista de Letras; Consultor de negócios; Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (ABITRIGO), do Centro de Estudos de Defesa e Segurança Nacional e do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (IRICE); Presidente Emérito do CEBEU – Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos; Membro do Conselho Deliberativo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); Membro do Gacint - Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP; Integrante de diversos outros Conselhos, como da empresa CSU CardSystem S.A e Veirano Advogados; Editor responsável pela revista Interesse Nacional.



O mundo passa por fortes e profundas transformações. Surge uma Nova Economia, na qual o liberalismo (estabelecido a partir de 1945) está sendo gradualmente substituído por uma nova ordem econômica, onde a eficiência na definição de políticas econômicas é substituída por objetivos de segurança, soberania e poder. O livre comércio está sob ataque com o esvaziamento da OMC. Negociação de acordos comerciais regionais (não bilaterais), realocação das cadeias produtivas e crescente número de restrições comerciais por razões políticas e pela busca de autossuficiência são algumas das mudanças. Nesse contexto, a globalização passa por importantes ajustes com o reordenamento produtivo global, a realocação das cadeias produtivas, pelo aumento do custo transporte e pela atual desorganização dos mercados agrícola e energético. Considerações sobre meio ambiente e mudança de clima passaram a ter impacto sobre as negociações comerciais. O nacionalismo representado pelo fortalecimento das economias domésticas para conseguir uma autonomia soberana em áreas consideradas estratégicas, e a definição de novas políticas industriais estão afetando diretamente o liberalismo e o livre comércio, gerando tensões entre os EUA e a Europa, com impactos globais. O populismo fortalece o intervencionismo protecionista. Considerações de poder, com base na segurança nacional, passaram a influir na aplicação de restrições comerciais como arma política, como por exemplo as sanções e restrições aos chips, nuvem; medidas tomadas pelo lado americano e chinês (nos minérios como o gálio, germânio, terras raras).

Na ordem mundial, depois da bipolarização da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlin em 1989 e o fim da União Soviética em 1991, surgiu uma nova ordem global. Emergiu um mundo unipolar com os EUA como a única superpotência e com a globalização financeira, econômica e comercial, gerando a expansão econômica liberal e o crescimento da economia global. Essa ordem mundial começou a mudar na primeira década do século XXI com a volta da China como potência, e o início da disputa com os EUA pela hegemonia global.

A guerra da Rússia na Ucrânia, o fato mais relevante desde a queda do muro de Berlin em 1989, marca o início de uma nova era e, ao contrário da situação que prevaleceu nos últimos 20 anos, representa a prevalência da geopolítica, com ênfase na segurança nacional, sobre a economia e a globalização. O rearmamento da Alemanha e do Japão, com o aumento dos gastos com Defesa, o esvaziamento do G7 e do G20, além dos custos elevados da energia, são outras características da nova ordem internacional, que ocorre simultaneamente à consolidação da nova ordem econômica global.



Nesse contexto, emerge, na narrativa ocidental, um mundo bipolar, mas em outras bases, visto que a disputa entre Washington e Beijing não é sobre a supremacia ideológica ou militar, mas econômica, comercial e tecnológica, até aqui. Na visão chinesa e russa, surge uma ordem multipolar, pós ocidental, a do ocidente versus o resto do mundo. De um lado, acelerou uma aliança estratégica, sem limites, em todas as áreas entre a China e a Rússia e, de outro, fortaleceu a aliança dos EUA com os países membros da OTAN, com o apoio à Ucrânia.

Hoje, considerações de ordem geopolítica impactam sobre a política externa, de defesa e comercial de todos os países. O governo de Washington está discutindo uma nova postura no relacionamento bilateral com a China e medidas contra países que ajudam a Rússia a contornar sanções. Os EUA estão em guerra não declarada em duas frentes com a Rússia e com a China. A Estratégia de Segurança Nacional norte-americana e o discurso de Xi Jinping, no Congresso do Partido Comunista, confirmam isso. A guerra fria, do ângulo do establishment dos EUA, nunca terminou e agora, no Congresso, adquire formas irracionais e paranoicas em relação à China. O ministro do exterior chinês advertiu para os riscos de um conflito direto com os EUA, caso não cessem as medidas

contra Pequim. As relações entre EUA e China encontram-se no nível mais baixo da história, com a crescente tensão em relação a Taiwan, a possibilidade de entrega de armas à Rússia e a expansão dos interesses da OTAN no mar do sul da China.

As primeiras medidas e políticas adotadas pelo novo governo em Washington acrescentam um elemento de incerteza ao já complexo cenário internacional, inclusive em relação à China.

Caso esse cenário se agrave com as medidas prometidas pelo novo governo de Donald Trump, sobretudo a imposição de tarifas generalizadas, países como o Brasil terão de enfrentar difíceis opções de política externa. O Brasil foi colocado pelos EUA como aliado estratégico extra Otan e faz parte do BRICS com a Rússia, Índia, China e África do Sul, agora ampliado com mais seis países: Egito, Irã, Emirados Árabes, Etiópia, Indonésia e Arábia Saudita. Compartilhando valores do Ocidente (democracia, livre comércio, imprensa livre) e com estreitos laços comerciais, econômicos, culturais e de defesa com os EUA e países europeus, o Brasil tem hoje interesses concretos a defender na Ásia, nossa maior parceira comercial.

O Brasil tem de defender seus valores ocidentais e preservar seus interesses asiáticos. Ao contrário dos que defendem que o Brasil terá de escolher um lado – o dos EUA – será importante evitar alinhamentos automáticos, livre de influências ideológicas e geopolíticas. O governo brasileiro já vem sendo confrontado com essas opções em votações nos organismos internacionais e em gestões diplomáticas, como no caso do não fornecimento de munição para tanques na Ucrânia e na autorização para navios de guerra iranianos entrarem em portos nacionais. Ativismo diplomático, contudo, como a iniciativa de criar um grupo da paz para a suspensão das hostilidades na Ucrânia, não terá êxito.

A grande maioria dos países em desenvolvimento da África, América Latina e Ásia têm-se manifestado contra a divisão do mundo. A exemplo da Índia, o Brasil, reconhecendo as novas realidades mundiais, deveria manifestar formal e publicamente sua posição de independência em relação aos dois lados, acima de ideologias ou preferências partidárias, na defesa estrita de seus interesses políticos, econômicos e comerciais.

NOVA ETAPA HISTÓRICA

Tendo como pano de fundo as grandes transformações na economia e na ordem internacional, o mundo está entrando em uma nova etapa histórica.

Em primeiro lugar, a supremacia Ocidental econômica, financeira e militar, nos últimos duzentos anos, está sendo questionada e, na visão de muitos, está sendo reduzida.

O mundo começa a se dividir em um grupo de nações ocidentais (sem definição geográfica) – EUA, Europa, Japão, Austrália e outras – e, de outro, um crescente grupo de nações, liderado pela China, tendo como base o BRICS, formado por onze países, com treze nações convidadas como associadas e mais de uma dezena pedindo para integrá-lo. A influência dos EUA, como a nação mais poderosa do mundo, parece estar em declínio, como se vê na tentativa de conter o conflito no Oriente Médio.

Em segundo lugar, o rápido avanço das tecnologias em várias áreas – inteligência artificial, computação, biotecnologia, – o mais profundo da história da humanidade (maior talvez do que a invenção da roda, da revolução industrial e mesmo da arma nuclear), sobretudo pela possibilidade da inteligência artificial tomar decisões independente da ação humana, com profundas consequências políticas e econômicas globais.

Em terceiro lugar, as mudanças climáticas produzidas pela ação humana estão na raiz de uma crescente crise ecológica com desastres em todos os continentes (furacões e inundações, queimadas,

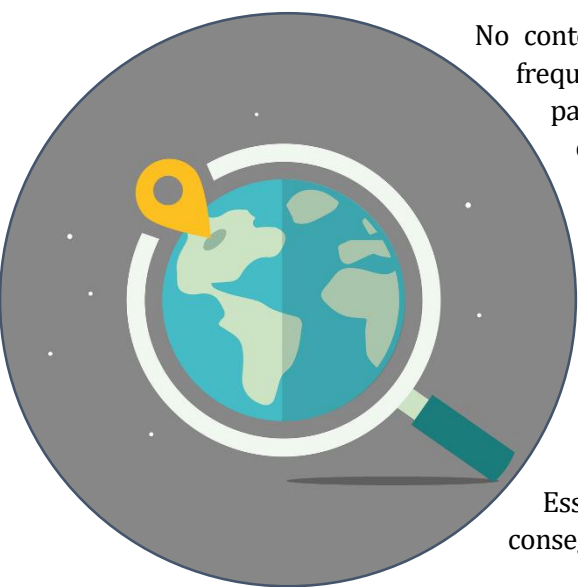
“Emerge, na narrativa ocidental, um mundo bipolar, mas em outras bases, visto que a disputa entre Washington e Beijing não é sobre a supremacia ideológica ou militar, mas econômica, comercial e tecnológica, até aqui. Na visão chinesa e russa, surge uma ordem multipolar, pós ocidental, a do ocidente *versus* o resto do mundo”

chuvas e secas) causando destruição e morte, além da elevação do nível dos oceanos em função do aquecimento global, ameaçando aumentar o número de pessoas em deslocamento migratório forçado.

Em quarto lugar, as instituições multilaterais criadas depois do fim da guerra, em 1945, para a preservação da paz e da segurança mundiais, não são mais capazes de responder a todos esses desafios por não mais serem representativas da nova geopolítica e da nova geoeconomia global. A Cúpula do Futuro, reunião convocada pelo secretário geral da ONU, em setembro de 2024, em Nova York, para examinar como poderia ser a governança em um mundo multipolar em tempos de grandes mudanças e desafios para a humanidade, terminou esvaziada, sem qualquer perspectiva para indicar caminhos de uma nova governança global. As guerras na Ucrânia e no Oriente Médio em crescente tensão – devido ao fato de o exército israelense ter invadido o Líbano e a Síria, – com a possibilidade de escalada, continuarão a ter impacto na economia e na política global. Caso o conflito se estenda – com um eventual ataque de Israel contra o Irã, com o apoio dos EUA, – a situação poderá sair do controle, com a possível interferência de potências antiocidentais ao lado do Irã.

Um quinto fator poderia ser acrescentado. Livro recente – A guerra por Outros Meios (War by Other Means, Harvard Press) – capta as mudanças na formulação e execução das políticas internas e externas dos países. Um dos aspectos novos examinados é o uso de instrumentos econômicos e comerciais como um meio de alcançar objetivos geopolíticos. A relação entre poder econômico e geopolítica passa a ser fundamental no mundo atual. Nesse sentido, tornam-se elementos básicos a performance macroeconômica do país, a evolução da política econômica internacional e os instrumentos utilizados na busca dos objetivos geopolíticos.

A geoeconomia passou a ser um elemento crítico quando se analisa o papel de cada país nesse novo mundo, como evidenciado pelas políticas e medidas unilaterais adotadas por Washington. A ideia de negociar tarifas recíprocas cancela todas as negociações com base no princípio da Nação Mais Favorecida e abre a “Rodada Trump”, sem a OMC. A geoeconomia focaliza o uso da força por meio de instrumentos econômicos e comerciais para promover e defender os interesses nacionais, para produzir resultados geopolíticos favoráveis e efeitos positivos sobre os objetivos geopolíticos. As restrições à venda de chips para a China, a proibição de compra de roteadores chineses pelos EUA, as medidas protecionistas comerciais da União Europeia, com a desculpa de evitar o desmatamento de florestas, as políticas restritivas minerais da China, o congelamento unilateral de reservas de terceiros países são alguns exemplos da utilização de medidas econômicas como armas, criando verdadeiras guerras por outros meios.



No contexto da geoeconomia, a defesa da segurança nacional passa a ser frequentemente utilizada na ação política nos EUA, na China e em outros países. Utilizado de forma crescente como justificativa de medidas econômicas e comerciais, “o papel da segurança nacional na política e estratégia de comércio e investimento está aumentando em toda parte. Há mudanças na maneira como as pessoas estão abordando a questão da política comercial, a política econômica internacional e isso é verdade nas economias de mercado do mundo todo”, como reconheceu alto funcionário norte-americano. As prioridades econômicas e as novas preocupações com a segurança nacional (que pode incluir tudo) se fundem e tornam superados os conceitos de liberalismo e livre mercado.

Essas são as novas realidades globais. Os países terão de se ajustar para conseguir defender com êxito seus próprios interesses, mas, em primeiro

lugar, terão de definir seus objetivos estratégicos, fortalecer os fundamentos de sua economia e ter uma clara visão de seus interesses a médio e longo prazos.

Estão governo e empresas brasileiras conscientes dessas mudanças e preparados para defender os interesses nacionais nesse novo cenário?

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Nesse contexto de grandes transformações, o comércio exterior mundial está sendo fortemente afetado, com impactos nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Depois da década de 90, muitos países em desenvolvimento tiveram no crescimento do comércio exterior e da globalização um fator importante de política econômica para o processo de crescimento. No mundo atual, as políticas industriais dos países desenvolvidos já estão provocando distorções nos fluxos comerciais e interferindo nas cadeias produtivas globais. A escalada das tensões globais ameaça fragmentar a economia mundial em linhas geopolíticas. Os avanços tecnológicos terão forte impacto sobre a inserção externa dos países em desenvolvimento.

Segundo dados do Banco Mundial, as consequências das mudanças nas políticas governamentais dos países desenvolvidos e na geopolítica são importantes e complexas. Cerca de 20% das políticas industriais adotadas pelas economias mais avançadas em 2023 foram motivadas por considerações geopolíticas e de segurança nacional.

A nova política de comércio exterior dos EUA e algumas medidas anunciadas – como a retomada do canal do Panamá e a compra da Groenlândia, a anexação do Canadá – caso sejam implementadas como prometido por Donald Trump, trarão fortes consequências para a economia e o comércio internacional.

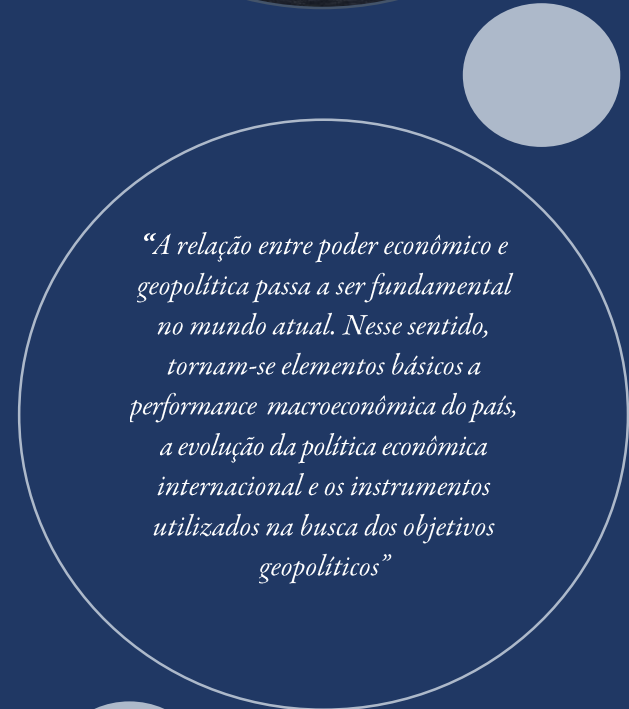
Cabe ainda observar que os países em desenvolvimento que melhor tiram proveito das novas circunstâncias das mudanças em curso são os que já estão mais intensamente integrados ao sistema de comércio internacional, como a Malásia, o México e o Vietnã.

Por outro lado, os países começam a se preparar para uma eventual escalada de uma guerra comercial.

A UE, antecipando-se a eventuais políticas restritivas contra países membros, se adiantou e produziu legislação,



“As prioridades econômicas e as novas preocupações com a segurança nacional (que pode incluir tudo) se fundem e tornam superados os conceitos de liberalismo e livre mercado”



“A relação entre poder econômico e geopolítica passa a ser fundamental no mundo atual. Nesse sentido, tornam-se elementos básicos a performance macroeconômica do país, a evolução da política econômica internacional e os instrumentos utilizados na busca dos objetivos geopolíticos”



já em vigor, para defender os produtos da região, a chamada lei contra medidas restritivas comerciais e de investimento (lei anti-coerção - Regulamento 2675 do Parlamento Europeu e do Conselho, 22/11/2023).

A lei anti-coerção europeia determina que a restrição econômica existe quando um país não europeu aplica ou ameaça aplicar medidas afetando o comércio ou o investimento a fim de evitar ou obter a cessação, modificação ou adoção de uma medida por parte da UE ou de algum estado-membro.

COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

O comércio exterior brasileiro ultrapassou meio trilhão de dólares em 2023 e continuou crescendo em 2024. A corrente de comércio em 2024 subiu a mais de US\$ 600 bilhões, com US\$337 bilhões de exportação, com uma queda de 0,8% em relação a 2023 (apesar do aumento do volume exportado), e US\$ 262,48 bilhões de importação, com aumento de 9% em relação a 2023. O superávit chegou a US\$ 74,55 bilhões, com redução de cerca de 25% em relação a 2023 (mais da metade com um único país, China). O Brasil se consolidou como um dos maiores exportadores mundiais de alimentos e minério, com mais de 18% e 26% das exportações totais do país, respectivamente. Petróleo bruto, soja, minério de ferro, açúcares e melado, óleos combustíveis de petróleo foram os principais produtos exportados. Cresceu o número de empresas exportadoras, que hoje chegam a quase 30 mil. Acentuou-se a importância do mercado asiático (mais de 50% das exportações totais), em especial o da China, Hong Kong e Macau, que representaram mais de 30% das exportações totais brasileiras.

O comércio exterior se beneficiou de medidas tomadas pelo governo em 2022 para desburocratizar procedimentos e reduzir custos das transações. O BNDES voltou a apoiar as exportações aumentando a competitividade dos produtos nacionais. A promoção comercial e a cultura exportadora foram fortalecidas por ações da ApexBrasil e Sebrae. Acordos de comércio, como o assinado com Singapura, e o de liberalização e simplificação com os EUA, inclusive com o fim da sobretaxa as exportações brasileiras de aço, foram positivas. A reforma tributária contribuirá para a melhoria da competitividade. A finalização do acordo comercial com a União Europeia, caso seja assinado e ratificado, como tudo indica acontecerá, foi o evento negociador mais importante do Mercosul e poderá ampliar o intercâmbio comercial com o Velho Continente. O acordo de comércio com a Área de Livre Comércio da Europa (EFTA) completará o quadro europeu. Por outro lado, a tentativa de Javier Milei de negociar diretamente com os EUA um acordo de livre comércio – com ou sem os parceiros do Mercosul – caso os entendimentos avancem com Trump, o que parece pouco provável até aqui – colocará em risco a própria existência do Mercosul.

Os desafios tradicionais para o comércio exterior brasileiro (custo Brasil, reformas estruturais, logística, redução da burocracia, política cambial) aumentaram no cenário atual. Os números do comércio exterior realmente impressionantes geraram um sentimento ufanista (Brasil celeiro do mundo), mas escondem vulnerabilidades que um país do porte do Brasil (8ª. economia global) não poderia aceitar, em função das incertezas geradas pelas transformações da economia e da geopolítica global.

A dependência do agronegócio para o sucesso econômico do país preocupa pelo fato de o setor agrícola se ter tornado o motor da economia. Os EUA e a Europa também são grandes produtores agrícolas, mas o setor industrial tem sua força própria, ao contrário do que ocorre no Brasil.

A concentração no comércio exterior brasileiro em poucos produtos (soja, petróleo e minério de ferro representam 37% das exportações, cinco produtos (incluindo açúcar e milho), 46% e oito produtos, dois terços do total exportado); e em poucos mercados (Ásia, Oriente Médio e Norte da África, representam 65% do total exportado) expõe a fragilidade da economia, caso haja desaceleração do mercado externo (em



especial o da China) e redução da produção agrícola nacional por fatores climáticos, como está ocorrendo este ano. A China concentra 75% das exportações da soja nacional. A eventual negociação de um acordo comercial dos EUA com a China, acenado por Donald Trump, se concretizada, poderá ter forte impacto sobre as exportações do agro brasileiro para o mercado chinês, se Beijing aceitar aumentar as compras de produtos norte-americanos para reduzir o déficit comercial dos EUA com a China.

As transformações da nova economia global criam outros tipos de vulnerabilidade, em consequência da ênfase em políticas industriais nos países desenvolvidos e crescentes restrições externas, para garantir autonomia soberana em virtude das mudanças geopolíticas, bem como para atender as novas prioridades de políticas ambientais, tais como as medidas tomadas na Europa para eliminar as importações de produtos agrícolas provenientes de áreas desmatadas, e as taxas de carbono (CBAN).

A legislação brasileira de defesa comercial tem um caráter defensivo e existe há muitos anos. As novas circunstâncias do cenário internacional e a perspectiva de uma escalada na aplicação de medidas restritivas generalizadas demandam uma legislação adicional e atualizada, para evitar prejuízo aos interesses do governo e do setor privado. A legislação da UE contra eventuais medidas restritivas unilaterais poderia ser adaptada às circunstâncias e características do agro e da indústria nacionais.

A crescente perda de importância do setor industrial, em termos de PIB (que chegou a ser 28% do PIB e que agora, na indústria de transformação, pouco passa de 10%) fez cair o nível de investimento interno e as importações se reduziram significativamente (11%). A participação de produtos manufaturados brasileiros no mercado internacional está pouco acima de 0,5%.

Vulnerabilidade adicional da área externa é a ausência de um instrumento de financiamento das exportações. Como todos os principais países, urge a criação de um Eximbank para apoiar uma política de ampliação dos mercados na América Latina e na África, inclusive com a criação de cadeias regionais de produção de valor e com o necessário respaldo para os produtos da indústria de defesa.

O governo divulgou as linhas gerais de um programa de política industrial – Nova Indústria Brasileira (NIB) – para fortalecer o setor e torná-lo mais competitivo no mercado externo. Com metas até 2033, o plano dá grande ênfase ao papel do governo, como estão fazendo os EUA e países europeus. Subsídios e conteúdo local aparecem ao lado de incentivos, linhas de crédito e compras governamentais em seis setores, entre os quais saúde, defesa, infraestrutura, saneamento e mobilidade. Transformação digital da indústria, bioeconomia, descarbonização e transição energética são prioridades para a modernização do setor. Resta ver como os objetivos e os prazos serão cumpridos, e o grau de transformação que trará para o setor industrial.

Com maior valor agregado, o aumento das exportações dos produtos industriais reduziria a dependência da economia do setor das commodities agrícolas, minerais e energéticas. Dado o potencial de crescimento do comércio exterior em função do dinamismo do agronegócio e da recuperação gradual da competitividade industrial, caso as vulnerabilidades sejam reduzidas, será possível colocar como meta de US\$ 1 trilhão nos próximos cinco anos, com a coordenação entre governo e setor privado, dependendo da evolução do incerto cenário internacional.

CONCLUSÃO

Tendo como pano de fundo a incerteza do cenário internacional, agravada com as ameaças e medidas tomadas por Donald Trump, o Brasil não tem alternativa senão aproveitar suas vantagens competitivas e procurar minimizar suas limitações de vulnerabilidades.

Na área do comércio exterior, a conclusão do acordo com a UE, a abertura de entendimentos para ampliar o escopo dos limitados acordos mantidos com o México, a expansão do intercâmbio comercial com a Índia e com os países asiáticos são providências de curto prazo.

As negociações de acordos comerciais com os demais parceiros do Mercosul devem ser vistas como uma maneira eficiente de reduzir as tarifas e abrir a economia em função das diferentes etapas de redução tarifária. Governo e setor privado terão de enfrentar o desafio de assumir uma atitude proativa no tocante à integração regional.

Uma nova estratégia de negociações comerciais bilaterais (acordos na região e fora dela), regionais (Mercosul e melhor aproveitamento da Área de Livre Comércio criada pela rede de acordos da ALADI (ACEs) na América do Sul), e multilaterais (Organização Mundial de Comércio) deverá ser definida para pôr fim ao isolamento do Brasil, com ênfase na abertura de novos mercados e na integração do Brasil às cadeias produtivas globais, ao aumento dos fluxos do comércio exterior e do investimento externo. Em relação ao Mercosul, depois de 30 anos não se poderá adiar uma avaliação de seu funcionamento e decidir se as negociações com terceiros países continuarão a ser com uma única voz ou se os entendimentos serão bilaterais, além de o que fazer com a Tarifa Externa Comum. A ratificação dos acordos do Mercosul com a União Europeia e com a EFTA poderá ser concluída em 2025. Depois da assinatura do acordo com Singapura, os entendimentos com Indonésia, Japão, Canadá, Coreia e Vietnã deveriam ser acelerados. Levando em conta as perspectivas do relacionamento econômico com os EUA, deveria ser estimulada a negociação de um acordo comercial mais amplo do Brasil com o México. Por outro lado, falta uma estratégia para uma aproximação maior com os países africanos visando a negociação de acordo comercial com o Mercosul.

De nada adianta negociar acordos comerciais com baixas tarifas se os produtos, sobretudo os industriais, continuam não competitivos. O setor privado tem de atuar junto ao Congresso para avançar nas medidas do NIB e nas reformas estruturais, para reduzir o custo Brasil e tornar o produto nacional competitivo.

A simplificação burocrática e o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento, para aproveitar as mudanças que a inovação e a tecnologia estão trazendo com a inteligência artificial, devem ser algumas das prioridades para o país. Os avanços tecnológicos, se bem aproveitados pela indústria nacional, permitirão um salto qualitativo nas indústrias novas e de significativa absorção das novas tecnologias, que propiciarão uma reindustrialização do país em novas bases.

Para enfrentar o desafio das rápidas mudanças no cenário global, os formuladores de políticas governamentais terão de definir o que o Brasil quer da relação com os EUA (sem alinhamentos automáticos), com a China, com a Ásia, com a Europa e com seu entorno geográfico, com objetivos estratégicos claros.

O ingresso do Brasil na OCDE, a participação do Brasil no BRICS, no G20, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e no acordo Índia, Brasil e África do Sul são prioridades adicionais com efeito positivo sobre o comércio exterior.

Nesse contexto, o pensamento estratégico de médio e longo prazo não pode continuar ignorado pela sociedade e pelo governo brasileiro.

É importante começar a discutir o Brasil, potência média regional, oitava economia global, com um comércio exterior de mais de meio trilhão de dólares. Essa discussão não pode ser efetuada sem a percepção de que ela é parte da compreensão e superação dos desafios internos e externos que o país terá de enfrentar nos próximos anos.

Comércio exterior deve ser considerado como parte relevante da discussão sobre o lugar do Brasil no mundo, como ocorre em outros países.



“Na área do comércio exterior, a conclusão do acordo com a UE, a abertura de entendimentos para ampliar o escopo dos limitados acordos mantidos com o México, a expansão do intercâmbio comercial com a Índia e com os países asiáticos são providências de curto prazo.”

EXPEDIENTE

Publicado pela Funcex – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

CNPJ: 42.580.266/0001-09

Endereço: Av. General Justo, 171, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Telefones: (21) 9 8111-1760 e (21) 2509-7000

Site: www.funcex.org.br

E-mail: publicacoes@funcex.org.br

A divulgação desse estudo somente é possível pelo apoio das seguintes empresas associadas à Funcex:

Instituidores: Afrinvest Global, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Itaú-Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, Delos Global Resources LLC, IRB-Brasil Resseguros S.A., Petrobrás Petróleo Brasileiro S.A., Sociedade Nacional de Agricultura – SNA, Vale.

Mantenedores: 4intelligence, Abimaq - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, ApexBrasil - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, Banco Bradesco S.A., Banco Central do Brasil, CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, CNI - Confederação Nacional da Indústria, FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Fundação Educacional Severino Sombra, Grupo Multiplica, HapVida Assistência Médica, HMPX, Huawei do Brasil Telecomunicações, SEBRAE.

É autorizada a transmissão do conteúdo disponibilizado neste informativo, sendo obrigatória a citação da fonte.